

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO- - PREVI-RIO

ATA SUMÁRIA DA 216ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 22 de abril de 2026, às 15h, realizada em ambiente híbrido (virtual + presencial) pela plataforma "Zoom".

2. **ORDEM DO DIA:**

1. Aprovação da Ata da 215ª Sessão Ordinária;
2. Apresentação do Resultado da Avaliação Atuarial e acompanhamento das Hipóteses Atuariais;
3. Apresentação do Parecer do Conselho Fiscal;
4. Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES: A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho, representado pelo suplente Dr. Fernando dos Santos Dionísio. Aberta a sessão pela conselheira Fernanda Leiroz, iniciando a pauta, foi submetida à votação a ata da 215ª sessão ordinária do CAD sendo aprovada por unanimidade dos presentes. Pelo conselheiro Bernardo foi dito, quero parabenizar a nova Presidente rapidamente, dizer que é um orgulho muito grande para mim, como servidor também e ex-Presidente, ter a Fernanda na condução do PREVI-RIO. Já tinha feito elogios nesse Conselho de Administração. Então renovo aqui todos esses elogios e a minha felicidade de tê-la na frente do PREVI-RIO e que ela pode contar comigo. Pela conselheira Fernanda foi dito, que agradece a todos, em especial ao Bernardo e ao Dr. Dionizio, que confiaram no meu trabalho para poder estar aqui, e a todos que sempre tiveram confiança no meu trabalho. Passando ao item 2 da pauta - Apresentação do Resultado da Avaliação Atuarial e acompanhamento das Hipóteses Atuariais, foram apresentadas as convidadas Viviana Meireles e Aline Brasilino da Coordenadoria de Inteligência Previdenciária, que mencionaram a Portaria MTP 1.467/2022, que disciplina os parâmetros e as diretrizes do cálculo e para os regimes de previdência e, no seu artigo 26, define que deverão ser realizadas avaliações anuais com a data focal em 31 de dezembro de cada exercício. Foram apresentadas as estatísticas da avaliação do ano base 2024, para comparar com esse resultado de agora, da avaliação com base em 2025. Podemos observar que a quantidade de ativos reduziu e que a folha de ativos também reduziu. A quantidade de aposentados teve um aumento e a folha de aposentados teve uma redução. A quantidade de pensões teve um pequeno aumento e a folha teve uma redução. Tivemos ao todo uma redução de 1530, considerando ativos aposentados e pensões, isso já reflete de alguma maneira, na redução do déficit atuarial. Pela convidada Viviana foram apresentadas as principais hipóteses da avaliação atuarial: a taxa atuarial de juros, o crescimento real das remunerações, as probabilidades de ocorrência de morte e invalidez, a proporção de mortes que vão ser revertidas em pensões, a idade de ingresso no mercado de trabalho, ou seja, a primeira vez que o servidor começou a contribuir para algum plano de previdência, a idade provável de aposentadoria, que é uma estimativa que vamos fazer a partir da idade de ingresso dele no mercado de trabalho e da legislação com a qual ele pode se aposentar, e a reposição de segurados. Então, a reserva matemática, seria o total do compromisso atual e futuro do plano (o que são os compromissos? Os benefícios e as despesas administrativas), trazido a valor presente, menos as receitas futuras, que vêm a ser as contribuições, tudo também a valor presente. Essa diferença é a reserva matemática. E o resultado atuarial vai ser a diferença entre o patrimônio, mais o valor presente das receitas do plano de equacionamento, subtraindo a reserva matemática. Pela convidada Aline foram mostrados os números: a reserva matemática dos benefícios concedidos foi de aproximadamente 65 bilhões. Isso significa que o nosso compromisso com eles é maior do que a receita que vamos receber das contribuições. A reserva matemática dos benefícios a conceder dos ativos atuais, ficou em 18 bilhões, e a reserva matemática dos benefícios a conceder nos ativos futuros ficou negativa em 4 bilhões. Isso significa que o valor dos compromissos que temos com os benefícios deles é menor do que o que vamos receber de receita de contribuição. Isso resulta numa reserva matemática de aproximadamente 79 bilhões. Olhando para o resultado atuarial, lembrando a definição que a Viviana mostrou, os demais ativos do plano, que foram aproximadamente 2 bilhões, somados ao plano de

equacionamento, de aproximadamente 55 bilhões, e subtraindo as reservas matemáticas, de aproximadamente 79 bilhões, nos leva a esse resultado atuarial aproximado de 22 bilhões. Pela convidada Viviana foi mostrado quais são as alterações que justificam essa redução: diminuição da massa, e além disso, um aumento da taxa de juros atuarial. Essa taxa de juros é calculada conforme a metodologia da Portaria MTP 1467/2022: usamos o fluxo da avaliação atuarial do ano anterior para achar a duração do passivo. Encontramos a taxa de juros a partir de uma Portaria que a Secretaria publica todo ano. Esse aumento da taxa de juros tem uma grande participação nessa redução do déficit, porque quando descontamos os valores para trazer a valor presente, quando aumenta a taxa de juros, esses valores ficam menores. Então isso seria um motivo da redução. Outra alteração que também levou à redução do déficit teria sido a estimativa da idade de entrada em aposentadoria, que pode ser subdividida em duas outras hipóteses: a idade de ingresso no mercado de trabalho (quando não temos a informação de tempo anterior do servidor, temos que usar uma hipótese de idade de ingresso no mercado de trabalho). Fazemos esses estudos anualmente, e vimos uma relação entre a averbação de tempo anterior e o fato de o servidor se aposentar por integralidade ou por média. Notamos que, quem se aposenta por média, aparentemente tem averbado menos o tempo anterior ao ingresso no ente. Então, quando fizemos essa divisão para o estudo dessa variável, tivemos esse impacto positivo no resultado atuarial. A outra variável seria o tempo médio de diferimento para aposentadoria, aquele tempo que, depois que o servidor já reuniu as condições para se aposentar, ele ainda fica no ente. Analisando durante anos essa variável, constatamos que existe também uma relação desse tempo com a idade com a qual o servidor atinge a elegibilidade. Então, quanto mais cedo ele atingir a elegibilidade, mais tempo ele se propõe a continuar trabalhando. Então, dividimos o grupo em quatro faixas etárias de elegibilidade e também tivemos esse impacto positivo no cálculo. Só que nem só impactos positivos vieram dessas alterações. Então, temos duas alterações que trouxeram impactos negativos: a utilização da geração futura, no resultado atuarial. O que mudou do último ano para esse? Temos que utilizar dados históricos para estimar os ingressos de servidores futuros (no mínimo 5 anos), e considerando as entradas de ativos, vimos uma queda, nos últimos anos. Ano passado, usamos 12 anos de dados históricos, e obtivemos, em média, 3.000 ingressos por ano. Esse ano, reduzimos para o menor intervalo possível de dados históricos, que é 5 anos. E aí esses ingressos caem para 1.900, aproximadamente. Então, obviamente, teve um impacto menor da geração futura no resultado atuarial. Além disso, o COMPREV a receber onde estimamos também o que vamos receber de receita de COMPREV; a alteração daquela variável de idade de ingresso no mercado de trabalho, automaticamente impacta no valor de COMPREV estimado. Porque se a pessoa entra no mercado de trabalho mais velha, vamos estimar que um COMPREV menor vai entrar, daquele tempo anterior dela, antes de entrar no ente. Essa alteração também impactou o déficit negativamente. Pela convidada Aline foi feita a comparação dos resultados atuariais com base em 2024 com 2025. Então, quando comparo os demais ativos do ano passado dessa avaliação, tivemos uma redução desses demais ativos. Ou seja, teve um impacto negativo no meu déficit. Quando comparo o plano de equacionamento do ano passado, com esse ano, também teve uma redução, tendo um ano a menos de contribuição suplementar, por exemplo, já diminuiria e, além disso, como a Viviana comentou, teve a questão dos juros que, como aumentaram, esse valor trazido a valor presente, também fica menor, e essa redução também teve um impacto negativo no déficit atuarial, aumentando o nosso déficit. Com relação às reservas dos benefícios concedidos, tinha uma reserva de 68 bilhões, e caiu para aproximadamente 65 bilhões, também teve uma queda. A queda das reservas dos benefícios concedidos é explicada basicamente pelo aumento da taxa de juros atuarial, e também por essas pessoas terem envelhecido um ano. Quando temos essa queda das reservas matemáticas de benefícios concedidos, isso é positivo, temos uma redução do déficit atuarial. Olhando para as reservas matemáticas dos benefícios a conceder dos ativos atuais, também se observa uma queda do ano passado para esse ano, o que também é positivo e também reduz o nosso déficit. Essa queda é justificada, basicamente pelas alterações que a Viviana comentou anteriormente das entradas em aposentadoria, com aquelas duas variáveis. Quanto à reserva matemática dos ativos futuros, observa-se que, se forem valores absolutos, ela teria diminuído. Lembrando que como os valores estão negativos significa que o nosso compromisso com esses benefícios é menor do que a receita de contribuição que vamos receber. Então, teve uma redução do ano passado para este ano, o que é ruim, aumenta o nosso déficit atuarial, essa foi uma das hipóteses que ajustamos e que teve um impacto negativo. O resultado atuarial teve uma redução aproximadamente de 7,6 bilhões. Pela convidada Viviana foi apresentado o resultado atuarial dos últimos 10 anos. Conseguimos ver que temos um comportamento de queda no déficit, devido às medidas de 2021, de aumento de alíquota, de royalties atemporais, suplementar com mais 10 anos, e também aos ajustes das hipóteses que tentamos, todo ano, tornar mais adequadas à nossa massa. Pela conselheira Fernanda foi dito que enviará a apresentação a todos e abriu para dúvidas. Pela conselheira Thais foi dito, foram consideradas nas hipóteses atuariais, a idade provável de aposentadoria e a reposição de segurados baseado em geração futura, como ocorreu em outros anos? Tem sido relatado com muita frequência pelos servidores, aposentadorias por invalidez,

devido à escassez de capital humano para poder fazer essa perícia, ou seja, falta perito para fazer as perícias, e com isso tem ocorrido a renovação automática dessas perícias, quando chega no prazo de 2 anos, que é o período limite para estar afastado numa licença médica longa. Acontece a aposentadoria compulsória por invalidez, porque a pessoa já chegou naqueles 2 anos. Depois de 2 anos, segundo a legislação, é aposentadoria por invalidez. A minha dúvida é o seguinte: essas aposentadorias por invalidez, de forma precoce impactam na contribuição do FUNPREVI, elas estão nesse estudo? Ano passado, foi solicitado estudos técnicos sobre essas hipóteses atuariais baseadas em geração futura e não foi apresentado. Fazendo um contraponto com esses relatos que estão chegando, de servidores, as pessoas estão se aposentando de forma precoce, ou seja, estão deixando de contribuir, vão entrar agora para o FUNPREVI, estas aposentadorias por invalidez, principalmente por psiquiatrias estão consideradas nesse estudo? Pela convidada Viviana foi respondido que as aposentadorias por invalidez, são consideradas no estudo tanto nos benefícios concedidos, ou seja, as aposentadorias que já estão sendo pagas, quanto na reserva matemática de benefícios a conceder. Temos tábuas e atualizamos também os estudos da aderência dessas tábuas ao nosso comportamento aqui de invalidez, para saber se a tábua que estamos usando reflete as entradas em invalidez do Município, e fazemos um cálculo de benefícios a conceder de aposentadorias por invalidez. Então projetamos também o que vai ser concedido. No relatório da avaliação, explicamos detalhadamente como que é feita a metodologia da geração futura, lembrando que, tanto no ano passado quanto nesse ano, não utilizamos o resultado completo, digamos, 100% do resultado da geração futura, por motivos prudenciais, estamos utilizando 50% do resultado da geração futura, o que é bem razoável, imaginando que a Prefeitura não vai se extinguir. Então vamos ter servidores constantemente entrando na Prefeitura, e, fora isso, lembrando que, do ano passado, para esse ano, já teve uma redução no resultado positivo da geração futura, uma redução de 1 bilhão. Ficamos mais cautelosos na utilização da geração futura no resultado atuarial. Pela conselheira Thais foi dito, insisto que essa hipótese, baseada em geração futura, tem que ser conduzida com muita cautela, porque não temos tido concurso público, e inclusive dentro do próprio Instituto, existe em atas anteriores ao meu mandato de 2025/2026, existe um concurso que estava em vias, foi autorizado e não foi repostado esse quadro permanente de servidores. Houve uma reposição, de servidores aposentados houve um processo seletivo externo, mas reposição mesmo de segurados do FUNPREVI, não houve. Pela conselheira Fernanda foi dito, houve o desmembramento do processo, que segue em tramitação. Diante da necessidade prioritária de reforço na área administrativa, optamos inicialmente pelo avanço da seleção voltada ao ensino médio, conforme edital que contempla as modalidades de estágio sênior e regular, medida que tem proporcionado importante suporte à força de trabalho da Autarquia. Informo, ainda, que o processo referente ao nível superior está sendo tratado em paralelo, inclusive com uma nova análise das necessidades institucionais, encontrando-se atualmente junto à área de Recursos Humanos para atualização do quadro de pessoal, especialmente em razão das aposentadorias ocorridas, para posterior prosseguimento. O processo já se encontrava em andamento anteriormente, à época em que a matéria era tratada no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda, com as devidas análises e levantamentos de informações, inclusive com a previsão orçamentária sendo sistematicamente considerada na LOA, como medida de prudência, a fim de assegurar disponibilidade de recursos quando houver a devida necessidade. Esclareço que o tema é de conhecimento do Chefe do Poder Executivo, sendo que eventual autorização será apreciada no momento oportuno, após a conclusão das devidas atualizações e reavaliações em curso. Neste momento, estamos justamente em fase de reavaliação, especialmente em razão do ingresso recente de novos servidores e da necessidade de análise mais detalhada das áreas institucionais, com o objetivo de identificar, de forma criteriosa, quais carreiras de nível superior se apresentam como prioritárias, para posterior encaminhamento às instâncias competentes. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito, a grande novidade que teve do relatório foi à boa notícia de que o déficit caiu 7,6 bilhões, conforme foi demonstrado nos gráficos, é o menor déficit do nosso fundo, nos últimos 10 anos. Quer dizer, até com os números atualizados, ficamos com 22 bilhões, e temos uma queda contínua e recorrente dos últimos anos. Alguns fatores que contribuem para isso e, a meu ver, a queda de 7,6 bilhões foi resultado da premissa de concurso. A mesma coisa que falamos no ano passado, quando caíram 5 bilhões. Pela convidada Viviana foi dito, que não somente foi resultado da taxa de juros, que aumentou, e da revisão daquelas duas hipóteses de idade de ingresso no mercado de trabalho e do tempo de diferimento para aposentadoria, como também da queda do número total de servidores, aposentados e pensões. Pelo conselheiro Luiz Claudio foi dito, o meu questionamento sobre esse assunto é porque no relatório vem demonstrando quais são as previsões legais para a adoção dessa hipótese. E uma das questões da Portaria MTP 1467 sobre a adoção dessa hipótese é que ela precisa ser fundamentada em alguma resposta do ente federativo, e permite que outra alternativa seja adotada se o ente não responder, artigo 34. No ano passado, não houve resposta da Casa Civil a esse questionamento que foi feito, e adotou-se a hipótese de uma média dos últimos 10 anos. Então a pergunta é a seguinte: este ano houve consulta? Houve resposta? Pela convidada Viviana foi dito que houve consulta e não

houve resposta. O nosso critério, para ser mais prudente, foi justamente, diminuir esse intervalo, sabendo que as entradas têm caído ao longo dos últimos anos. Então, como eu falei, caiu de uma média de reposição anual de 3 mil para uma média de 1.900, utilizando os dados históricos dos últimos 5 anos. Além disso, utilizamos 50% do resultado desta geração futura, é como se estivéssemos repondo 1.000 servidores. Pelo conselheiro Luiz Claudio foi dito, nós temos todos os embasamentos legais e mais um ganho que acho que esse relatório demonstra é a viabilidade do RPPS, temos no Brasil uma quantidade gigantesca de RPPS deficitários e a viabilidade não só do RPPS, mas do nosso RPPS, do FUNPREVI, que com a adoção de parâmetros legais, o déficit vem caindo. Existe uma incoerência, mas não da nossa parte, é uma escolha da cidade que é perpetrada na atual administração, que é a escolha por repor servidores estatutários por servidores que não contribuirão para o nosso RPPS, a meu ver, o que esse relatório demonstra é a viabilidade do nosso RPPS, mas uma incoerência da escolha administrativa da nossa cidade, não implementar essa viabilidade apontada no nosso relatório. A outra questão é que a Thaís inclusive enviou um e mail alguns dias que não obteve resposta, pedimos a inclusão desse item na pauta da Instituição de uma política para administrar, fazer uma gestão sobre como estão os nossos servidores afastados. Então, vimos os servidores aguardando a perícia e os problemas que cada um traz por conta disso. Gostaria de fazer um avanço, de propor que nós possamos fazer, além dos números, entrar na gestão humana. Recentemente, a nossa Câmara Municipal aprovou a Lei 9320 que foi sancionada pelo Prefeito, que, resumindo, institui estímulos à promoção da saúde mental no âmbito da administração pública municipal, amplio isso também para a saúde física e, em determinado momento diz, poderão aderir à política municipal de que trata essa lei, Órgãos e entidades da administração pública municipal, direta, autárquica e fundacional. Tenho um relatório que vou encaminhar com sugestões que podem ser adotadas nessa parte, e isso tem com certeza efeitos sobre o nosso resultado atuarial. Pela conselheira Fernanda foi dito, entendo que se trata de uma observação importante, especialmente pelos possíveis reflexos para o fundo, mas avalio que não se trata propriamente de matéria afeta à competência deste Conselho Deliberativo. De toda forma, o tema já foi levado ao conhecimento do Secretário Bernardo e a demanda já está sendo tratada no âmbito competente. O Secretário está, com toda certeza, empenhado na busca de soluções para as questões apresentadas, naturalmente dentro dos limites e competências que também envolvem a área médica responsável. Reitero que nenhuma manifestação ou preocupação trazida por este Conselho deixa de ser considerada. Sempre que houver informações pertinentes que possam impactar o fundo ou contribuir para o acompanhamento do tema, elas serão compartilhadas com os senhores. Agradeço, inclusive, a atenção e a atuação constante dos conselheiros, especialmente em temas que envolvem o aprimoramento de processos relevantes, como a questão da perícia. Esclareço apenas que a condução direta desse tema não está no âmbito deste Instituto. Ainda assim, por se tratar de assunto já encaminhado e em tratamento pelo Secretário, tão logo haja um posicionamento mais consolidado, os senhores receberão o devido retorno. Pelo conselheiro Gillian foi dito, que existe uma preocupação muito grande, porque tem concursos públicos em vigor, da Prefeitura há mais de 10 anos, inclusive pessoas aguardando a posse em várias áreas. Temos que colocar junto ao relatório, os concursos que estão abertos e as vagas, ainda que não foram ocupadas e quando esses concursos foram abertos no edital, constava o número de vagas e esses servidores não foram convocados. Então a ausência do servidor público é muito grande. O relatório está muito bom. Inclusive, serve de base para muita coisa, tentar via radar do PREVI-RIO, mas podendo ser um pouco mais humanizado. E citar alguns concursos que as pessoas não foram convocadas, seria interessante porque essas vagas estão em vacância. Pela conselheira Fernanda foi dito, não tenho como responder em relação ao concurso na Prefeitura, acredito que cada Secretário com certeza está voltado para essa questão, porque precisa de uma força de trabalho produtiva que atenda as demandas de cada Secretaria. O nosso resultado atuarial não tem como levar em consideração esse tipo de informação. Mas é claro, passamos de 10 anos para 5 anos, a premissa tem 50%, e isso, ao longo do ano, será ajustado. Passando ao item 3 da pauta - Apresentação do Parecer do Conselho Fiscal. Pela conselheira Fernanda foi dito, o Parecer do Conselho Fiscal é voltado especificamente para os demonstrativos contábeis, baseados também no RAG das demonstrações contábeis que ainda não se tem o número, efetivamente, porque tem os trâmites desse processo junto à auditoria, a CGM. Mas trouxemos para apresentar aos senhores esse Parecer, informando que não há achado na questão contábil então, opinando favoravelmente na aprovação dos demonstrativos contábeis e pontuando algumas questões, recomendando algumas medidas de fortalecimento institucional, com a integração da PGM com a CGM em relação aos parceiros judiciais, a questão da dívida da Rio-Urbe, que está em processo de cobrança. Os créditos pendentes foram apresentados ao Conselho Fiscal, isso já está num processo regular da dívida de repasse junto à Fazenda. Colocaram o acompanhamento contínuo de investimento e da carteira de investimentos da parte atuarial. Mas o Parecer em si aprova as contas sem nenhuma ressalva, convidamos a Cintia e o Diego da auditoria que são responsáveis pelo RAG, pela minuta de RAG que foi fornecida do Conselho fiscal das demonstrações contábeis, e não o RAG de gestão que adiante mostraremos aos senhores. Pela

conselheira Fernanda foi aberto para dúvidas. Pela conselheira Thais foi perguntado, como têm sido essas cobranças, por exemplo, que constam no Conselho Fiscal, esses 45 milhões do RIO-URBE, eles responderam os ofícios? Pagaram? Houve algum tipo de acordo para poder estar ressarcindo esse valor para o FUNPREVI? Pela conselheira Fernanda foi dito, continua as tratativas com a RIO-URBE, foi dada uma primeira prioridade, a questão da dívida com o Tesouro, que está sendo equacionado e o fundo recebendo conforme acordado, diante disso, estamos olhando a melhor forma desse recurso ingressar no fundo. Pela conselheira Thais foi perguntado pelo FASS. A conselheira Fernanda comentou Esclareço que assuntos referentes ao FASS não integram as atribuições deste Conselho Deliberativo, uma vez que o Fundo possui instância própria de governança para tratamento dessas matérias. Essa orientação, inclusive, já foi anteriormente compartilhada com os conselheiros. De toda forma, permanecemos integralmente à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Caso surjam dúvidas sobre o tema, peço que sejam encaminhadas diretamente a nós, pelos canais habituais, inclusive por e-mail, para que possamos prestar as informações da forma mais adequada. Passando ao item 4 - Assuntos Gerais. A conselheira Fernanda chamou a Juliana Santese que atua na chefia do gabinete, para falar da eleição do Conselho. Juliana comentou que na última reunião do Conselho foi apresentado à publicação da Comissão. No dia 16/04 foi feita uma reunião com a Comissão onde foi apresentado o cronograma, que está feito em relação à legislação vigente. A previsão de publicação do edital é dia 05/05/26, e um ponto importante que os senhores solicitaram foi em relação à divulgação, nessa reunião estavam presentes tanto a Comunicação do PREVI-RIO quanto a Comunicação da SMA, decidimos que não só será feita uma divulgação das eleições, como a partir da próxima semana será feito o que a Comunicação chamou de Esquenta, onde começaremos a falar sobre CAD, falar da eleição de fato, e ter esse assunto nas redes sociais. E com o Edital lançado, teremos ações que a SMA inclusive vai envolver o Gabinete do Prefeito. E como o Secretário Bernardo disse na última reunião, vai ser uma divulgação que ninguém espera a melhor divulgação das eleições, porque é muito importante para termos uma grande adesão para essa eleição. Pela conselheira Fernanda foi dito que para qualquer dúvida, os senhores podem entrar em contato, pois não alterou nada em relação ao Gabinete. Pelo convidado Luiz Renato, Diretor de Previdência foi dito, fizemos uma força tarefa e em relação aos benefícios estão praticamente todos em dia. Em relação ao Auxílio Educação foi pago dia 17/04 um residual de 2025 daqueles que entregaram a declaração do Auxílio-Creche de forma não aprovada. E no dia 28/04 nós vamos fazer o pagamento tanto do Auxílio-Educação na modalidade da Educação quanto na modalidade do Auxílio-Creche dos benefícios de 2026, serão pagos 3.200 Auxílio-Educação e 3.500 do Auxílio-Creche. Quanto aos benefícios enfileirados, são aqueles que ainda estão sendo analisados. É feita a análise manualmente dos servidores que não estão na rede municipal. O servidor entra na nossa página, para saber se a declaração esta na nossa norma. No dia 20/04 estavam enfileirados 2.800 declarações. Os deferidos foram 608, pagos no dia 17/04. Os deferidos totais, que já estão inclusos nesse pagamento são 4.719, e os indeferidos são muito poucos dentro do quantitativo que é 163, dessas novas avaliações 43, totalizando 8379 servidores que já entregaram a declaração e refizeram a inscrição dos benefícios do Auxílio-Educação. Pela conselheira Thais foi dito, gostaria de saber todos os status dos Auxílios-Creche e Educação, enfileirado, deferido, existe mais algum? Existe prazo para os enfileirados e deferidos? É possível colocar dentro desse Auxílio-Creche, uma devolutiva semelhante à devolutiva do Auxílio-Educação? Por exemplo, quando o servidor coloca o seu dependente do Previ-Creche, tem um tique verde no final, gostaria de saber se é possível colocar um status indicando com alguma palavra e uma legenda o que significa esse tique verde, se foi aprovado, porque as pessoas ficam confusas. Elas não sabem se o tique verde quer dizer que a inscrição foi aceita. Sobre o Previ-Educação, pensionistas menores não estão conseguindo fazer a inscrição, porque falta a caixinha de seleção na tela de inscrição. Quando o servidor entra, tem a tela de dependentes, Previ-Creche e Previ-Educação, se não está elegível para o Previ-Creche, fica cinza. Só que essas duas situações que tenho aqui, as pessoas estão elegíveis. São duas pensionistas menores, o pai morreu, elas não têm a caixinha de se inscrever. Outra situação, servidores com débito do PREVI-RIO me relataram que pagaram o débito, e não conseguem ficar elegíveis porque ainda consta o débito. Existe um prazo depois que paga o boleto, quanto tempo depois esse aviso de débito some da tela do servidor? Servidores relatam que estão com seus dependentes do Auxílio-Educação na Escola Municipal do Rio, que a caixinha de enviar declaração, ou seja, aquela caixinha de fazer upload está aberta, com isso, não conseguem concluir a inscrição. Como essas pessoas conseguem se inscrever? Gostaria de sugerir após a inscrição, tanto do Previ-Creche como do Previ-Educação, de colocar alguma legenda para indicar que existem ali alguns passos, que o próximo passo vai ser enfileirado, e depois o deferido, para que as pessoas entendam que a inscrição foi aceita. Pelo Diretor Luiz Renato foi respondido que os status seriam o enfileirado, deferido e indeferido, esses seriam os principais status, qualquer coisa diferente disso, é porque estamos fazendo modificação no sistema para melhorar para o servidor, para o beneficiário. É muito importante essa devolutiva para sabermos como o sistema está atuando. O prazo para sair do enfileirado é até dia 30/04, estaremos fazendo a análise e pós-análise, os indeferidos cabe recurso. O

servidor que quitou o débito com PREVI-RIO, e continua surgindo o status de débito, o DARM demora cerca de 72 horas para atualizar, e após essa atualização do DARM, tem mais 24 horas, que é quando o sistema faz a leitura e joga o status de quitado. As demais perguntas solicito que envie por e-mail para ficar mais fácil de responder. Pela conselheira Thais foi dito, em plenárias anteriores, fiz diversas cobranças em relação a extinção do Banco Master, solicitei um posicionamento da Secretaria de Administração frente à liquidez do Banco Master para orientar os servidores que estão relatando falta de comunicação com a entidade financeira natural, porque foi extinta. Gostaria de saber do Bernardo, que agora está como Secretário de Administração, qual é a devolutiva dessa pauta do Banco Master? O posicionamento da Prefeitura para acolher os servidores que estão perdidos nessa transição. Sobre a criação do GT, inclusive na plenária 215ª o antigo Presidente Bernardo falou e reafirmou o compromisso de retomarmos essa pauta de criar um GT com perspectivas de novas formas de capitalizar o FUNPREVI. Gostaria de reforçar o pedido de pauta sobre as perícias e as licenças médicas, que já foi explicado anteriormente, que isso faz parte da SMA. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi perguntado se a nossa proposta de estruturação de uma política de readaptação para servidores afastados em licença médica e pedimos para ser incluído na pauta da 216ª, já que não incluiu, será na pauta da 217ª? Pela conselheira Fernanda foi dito, se trata de um assunto afeto à política conduzida pela Secretaria Municipal de Administração, que, embora possa gerar reflexos para o fundo, não se insere propriamente no âmbito de deliberação deste Conselho. O Secretário não deixará de atuar e tratar esse assunto no exercício de suas competências. Reafirmo, ainda, que toda informação pertinente que envolva impactos ao fundo e que seja relevante para o acompanhamento deste Conselho será oportunamente apresentada aos senhores Pelo conselheiro Gillian foi solicitado a questão do grupo de trabalho prioritariamente, devido a novas receitas, como outras Prefeituras, têm feito nos seus Conselhos. Solicito também que a Ata seja feita na íntegra, como era anteriormente, pois fica mais fácil para acompanhar as demandas. O que estamos fazendo é ajudar nessa divulgação que será feita, o esquentando para as pessoas terem noção de como que ocorre uma reunião do Conselho. Pela conselheira Fernanda foi dito, eu e Bernardo continuamos atuando juntos cada vez mais próximos, no intuito de ter um fundo sustentável, um fundo cada vez mais sadio. Pelo conselheiro Leandro foi pedido atenção em relação à atualização dos valores para os benefícios. O benefício de medicamentos, não havia sido atualizado os valores em relação ao salário mínimo. E com isso, estava havendo um corte aquém do valor teto estipulado, reforço aqui o pedido que possam analisar essa questão e inclusive de outros benefícios, para ver se houve a adequação dos valores. Pela conselheira Fernanda foi dito, que os valores foram adequados sim. Pela conselheira Thais foi pedido que em toda convocatória fosse enviado os arquivos que serão apreciados para fazer o debate na plenária. Pela conselheira Fernanda foi dito, como era uma apresentação e não tinha aprovação não enviamos com antecedência, mas será enviado logo após o término da reunião, e quando houver aprovação será enviado com os outros materiais.

Nada mais sendo acrescido, a sessão foi encerrada às 16:35h.

RELAÇÃO DOS CONSELHEIROS PRESENTES: Fernando dos S. Dionísio - Suplente do Prefeito; Fernanda Nunes Leiroz - Presidente do PREVI-RIO; Dr. André Tostes - Suplente do Procurador Geral do Município; Bernardo Egas - Secretário Municipal de Administração; Thais Ingrid Leão Costa Ferreira Valença - 1º Eleita; Luiz Cláudio dos Santos - 2º Eleito; Gillian Almeida da Costa Relvas dos Santos - 3º Eleito, Leandro Ribeiro Campos - 4º Eleito.